

**Publicação do Regulamento de Execução (UE) n.º 2019/2103 da Comissão,
de 27 de novembro de 2019**

O Regulamento de Execução (UE) n.º 2019/2103 da Comissão, de 27 de novembro de 2019, altera e retifica o Regulamento de Execução (UE) 2015/2450, de 2 de dezembro de 2015, que estabelece normas técnicas de execução no respeitante aos modelos para a apresentação de informações às autoridades de supervisão em conformidade com a Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2019, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (“Solvência II”).

Através do presente regulamento adaptam-se os modelos de comunicação de informações relevantes estabelecidos no Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2450, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, no sentido de assegurar:

- a) Que as autoridades de supervisão recebem as informações necessárias sobre titularizações simples, transparentes e padronizadas¹, bem como sobre as titularizações de outro tipo;
- b) A supervisão do uso de simplificações no cálculo do requisito de capital de solvência², a qual pressupõe a apresentação de informações específicas em diferentes modelos para a comunicação de informações;
- c) Uma supervisão adequada pelas autoridades de supervisão, das informações sobre a solvência e a situação financeira em matéria de reconhecimento da capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos³, as quais devem ser complementadas por informações quantitativas, estruturadas e comparáveis nos modelos de comunicação de informações.

O diploma acima mencionado pode ser consultado [aqui](#).

¹ O Regulamento Delegado (UE) n.º 2018/1221 da Comissão alterou o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 para adaptar o quadro prudencial aplicável às empresas de seguros e de resseguros tendo em conta a introdução do conceito de titularizações simples, transparentes e padronizadas.

² O Regulamento Delegado (UE) n.º 2019/981 da Comissão alterou o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 a fim de introduzir um certo número de simplificações no cálculo do requisito de capital de solvência.

³ O Regulamento Delegado (UE) 2019/981 introduziu, entre outros, novos requisitos sobre as informações a fornecer às autoridades de supervisão no relatório periódico de supervisão e no relatório sobre a solvência e a situação financeira em matéria de reconhecimento da capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos.